



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO PROFESSOR DR. SÉRGIO JACINTHO LEONOR
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: ARTES VISUAIS E MÚSICA

WELLISON DA SILVA ROCHA

**LICENCIATURA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM ARRAIAS: CRIAÇÃO E
CONSOLIDAÇÃO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O CAMPO**

Arraias - TO

2022

Wellison da Silva Rocha

Licenciatura Educação do Campo em Arraias: criação e consolidação da formação de professores para o campo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Artes Visuais e Música, da Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário Professor Dr. Sérgio Jacintho Leonor, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo. Área: Códigos e Linguagens. Habilitação: Artes Visuais e Música.

Orientador: Prof. Dr. George Leonardo Seabra Coelho

Arraias - TO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

R6721 Rocha, Wellison da Silva.

Licenciatura Educação do Campo em Arraias: criação e consolidação da formação de professores para o campo . / Wellison da Silva Rocha. – Arraias, TO, 2023.

42 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Arraias - Curso de Educação do Campo, 2023.

Orientador: George Leonardo Seabra Coelho

1. Licenciatura. 2. Educação do Campo. 3. Formação de professores. 4. Relevância. I. Título

CDD 370.91734

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Wellison da Silva Rocha

Licenciatura Educação do Campo em Arraias: criação e consolidação da formação de professores para o campo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário Professor Dr. Sérgio Jacintho Leonor, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo. Área: Códigos e Linguagens. Habilitação: Artes Visuais e Música.

Aprovado em: _____ de _____ de _____.

Banca examinadora formada pelos professores:

Professor Doutor George Leona
Universidade Federal do Tocantins

Professora Mestre Thálita Maria Francisco da Silva
Universidade Federal do Tocantins

Professor Doutor Kaled Sulaiman Khidir
Universidade Federal do Tocantins

Dedico esta pesquisa a todos que amam o campo, que trazem consigo o sentimento de pertencimento, que têm orgulho de suas raízes como camponês e que desejam sempre melhorar suas comunidades, qualificando seus membros na construção de uma educação de qualidade e promovendo capacidade técnica e científica em diálogo com os saberes, fazeres e afazeres camponeses.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em especial minha família e amigos, professores e colegas pelo apoio, encorajamento e engajamentos que me fortaleceram na continuidade, realização e construção desta pesquisa. Sem Deus e todas as contribuições que tive, jamais conseguiria finalizar este curso tão relevante para minha vida como cidadão e profissional, do qual desejo melhorar continuamente.

“A Educação do Campo não é para, nem apenas com, mas sim, dos camponeses, expressão legítima de uma pedagogia do oprimido”. (Roseli Salette Caldart)

RESUMO

A pesquisa trata da Licenciatura em Educação do Campo – LedoC, com objetivo de reconhecer a importância e relevância da mesma, em especial relatar as dificuldades que foram enfrentadas durante a consolidação do curso, conhecer a história do mesmo no formato de educação do campo na cidade de Arraias -TO. Foi elaborado um questionário para os entrevistados, possuindo oito perguntas básicas que, por meio das respostas, puderam responder a problemática abordada e ajudar a compor o alcance dos objetivos esperados. O tratamento do tema, conceitos, história e relevância como política pública educacional se deu por meio de pesquisa bibliográfica, considerando estudos acerca de alguns pesquisadores, documentos e entrevistas com professores atuantes na formação de alunos camponeses em curso superior, em especial da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Arraias – TO. Os entrevistados destacaram a preocupação com a essência, qualidade e permanência do curso, pois acreditam na sua importância, relevância e impactos transformadores, em especial nas Comunidades Quilombolas, indígenas, assentados e agricultores familiares, uma vez que a LedoC trabalha a alternância, as relações significativas e harmônicas entre os saberes técnicos e científicos com os saberes do homem do campo.

Palavras-chave: Licenciatura. Campo. Formação. Relevância.

ABSTRACT

The research deals with the Degree in Rural Education - LedoC, in order to recognize its importance and relevance, in particular to report the difficulties that were faced during the consolidation of the course, to know its history in the format of rural education in the city of Arraias -TO. A questionnaire was prepared for the interviewees, with eight basic questions that, through the answers, were able to answer the problem addressed and help to achieve the expected objectives. The treatment of the theme, concepts, history and relevance as an educational public policy was carried out through bibliographic research, considering studies about some researchers, documents and interviews with teachers working in the training of peasant students in higher education, especially at the Federal University of Tocantins, Campus de Arraias – TO. The interviewees highlighted the concern with the essence, quality and permanence of the course, as they believe in its importance, relevance and transformative impacts, especially in Quilombola Communities, indigenous peoples, settlers and family farmers, since LEdoC works on alternation, relationships significant and harmonious between the technical and scientific knowledge with the knowledge of the rural man.

Keywords: Graduation. Countryside. Formation. Relevance.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

LEdoC	Licenciatura em Educação do Campo
UFT	Universidade Federal do Tocantins
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MST	Movimento dos Trabalhadores sem Terra
ENERA	Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UnB	Universidade de Brasília
PPC	Plano Pedagógico de Curso
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
UNEFAB	União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil
ARCAFAR	Associação Regional das Casas Familiares Rurais
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A HISTÓRIA ORAL COMO METODOLOGIA DE PESQUISA	13
2.1 Pesquisa bibliográfica como suporte para a pesquisa científica	13
2.2 Fundamentos históricos da História Oral	13
2.3 Fundamentos metodológicos da História Oral	14
2.4 Procedimentos para a pesquisa em História Oral	16
3 A EDUCAÇÃO DO CAMPO (ASPECTOS GERAIS)	18
3.1 Aspectos Históricos da Educação do Campo	18
3.2 Professores do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Artes Visuais e Música da UFT – Universidade Federal do Tocantins	21
3.3 Professores que atuam na educação do campo	22
4 UFT – CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONTEXTO, DESAFIOS E IMPACTOS NA REGIÃO.....	26
4.1 Aspectos Históricos de Arraias Tocantins	26
4.2 Legislação do Curso no estado do Tocantins	27
4.3 Professores da LEdoC do Campus de Arraias Tocantins: O que pensam os sujeitos da pesquisa? Quais suas expectativas e objetivos ao contribuir com o Curso de Educação do Campo?)	32
4.4 Entrevista 1 – Professor Alessandro Pimenta	32
4.5 Entrevista 2 – Professora Dra. Raquel.....	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa consiste na realização de estudos de diferentes autores, documentos e entrevistas com professores que vivenciaram a implantação do curso utilizando questionário enviado por meio de rede social WhatsApp, para que pudesse construir novas fontes de pesquisa utilizando novos métodos dentro da História Oral sem a presença dos entrevistados, que ficaram a vontade enviar áudios e complementações via textos conforme os encaminhamentos e questões enviadas.

A pesquisa aborda a discussão das possibilidades do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) em atender as necessidades educacionais na cidade de Arraias - TO e regiões circunvizinhas, e como os discentes do curso compreendem essa questão. Essa problemática é importante devido ao fato de refletir sobre essa temática, uma vez que na região ainda há escassez de cursos para formação de professores na educação do campo nas áreas de arte visuais e música e outras áreas.

Com o intuito de cumprir com a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro 1996 e o Decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, que contribuíram para que as políticas públicas de educação atendessem a esse público em especial com educação básica e superior, o curso de Licenciatura em Educação do Campo vem com o propósito de cumprir objetivos e metas educacionais nos dispositivos legais, como direito a educação de qualidade, significativa e transformadora. Para debater essa questão é preciso dar voz aos professores que fizeram parte da criação do curso, pois elas são de grande valia para entender quais as expectativas que eles tinham para o curso por meio da formação do aluno em Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Artes Visuais e Música.

A problemática da pesquisa se baseia em algumas questões pontuais, entre elas; qual importância e relevância da LEdoC para o homem do campo e quais dificuldades para implantação, consolidação e permanência da mesma na Universidade Federal do Tocantins-UFT?

O objetivo da pesquisa é reconhecer a importância e relevância da LEdoC, em especial, relatar as dificuldades que foram enfrentadas durante a consolidação do curso e conhecer sua história na cidade de Arraias -TO. Foi elaborado um questionário para que fosse respondido pelos entrevistados contendo oito perguntas básicas que, por meio das respostas

dadas poderiam responder a problemática abordada e ajudar a compor o alcance dos objetivos esperados sem a presença dos mesmos, utilizando a ferramenta de rede social.

O tratamento do tema, conceitos, história e relevância como o conjunto de políticas públicas educacionais se deram por meio de pesquisa bibliográfica, considerando estudos acerca de alguns pesquisadores, documentos e entrevistas com professores atuantes na LEdoC, em especial da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Arraias – TO.

Essas duas formas de coleta de dados, informações, conceitos e resultados acerca do curso e sua implantação possibilitou reconhecer os impactos positivos, os desafios desde a implantação, a luta pela permanência e o formato de mediação do curso, o qual, por meio da pedagogia da alternância, possibilita maior aproximação entre saberes técnicos científicos com os demais saberes trazidos pelos alunos de suas comunidades camponesas.

A organização do trabalho considerou aspectos da pesquisa científica e estão divididos da seguinte maneira:

Capítulo 1: a história oral como metodologia de pesquisa, com subitens que tratam a pesquisa bibliográfica como suporte para a pesquisa científica, fundamentos históricos da história oral, fundamentos metodológicos da história oral e procedimentos para a pesquisa em história oral.

Capítulo 2: destaca a educação do campo (aspectos gerais), abrangendo os aspectos históricos da educação do Campo, professores das universidades, professores que atuam na educação do campo.

Capítulo 3: destaca a UFT e o curso de Licenciatura em Educação do Campo (contexto, desafios e impactos na região), agregando os aspectos históricos de Arraias Tocantins, a legislação do curso no estado do Tocantins e professores da LEdoC do Campus de Arraias - Tocantins. Apresentamos, também, uma breve análise dos resultados alcançados durante os estudos bibliográficos e as entrevistas com os sujeitos no campo de atuação; por fim, as considerações que trazem um fechamento acerca dos conhecimentos adquiridos e a compreensão geral do pesquisador.

É importante destacar que a LEdoC é uma Licenciatura voltada para o campo, pautada na compreensão de que no campo é construída sua verdadeira identidade como formação, alinhada aos conhecimentos técnicos e bases curriculares como referenciais para, assim, consolidar a formação do professor para exercer sua função pedagógica.

Na percepção dos entrevistados, há uma preocupação com a essência, qualidade e permanência do curso, pois acreditam na sua importância, relevância e impactos transformadores e significativos no campo, em especial nas Comunidades Quilombolas,

indígenas e assentados, para agricultores familiares, etc. Desse modo, a LEdoC trabalha com a alternância, pautando nas relações significativas e harmônicas entre os saberes técnicos e científicos com os saberes do homem do campo.

É possível afirmar que a LEdoC enquanto formação superior dialoga com o contexto comunitário do aluno na construção de pautas curriculares e promoção de saberes capazes de despertar o sentimento de pertencimento comunitário do camponês, dando real valor as suas demandas, possibilitando qualidade do ensino e da vida de todos que no campo vivem, relacionam, produzem sustentabilidade.

2 A HISTÓRIA ORAL COMO METODOLOGIA DE PESQUISA

Neste capítulo é abordado a História Oral como metodologia de pesquisa, apresentando as especificidades que compõem o tema no contexto histórico nas abordagens de instrumentos que agregam elementos para coleta de informações. O entrevistado e o entrevistador, as concepções de pesquisa, as questões relativas às memórias e fatos das quais as pessoas guardam para retratar um passado, dialogando com o presente na busca de elementos que agreguem significados para o futuro.

2.1 Pesquisa bibliográfica como suporte para a pesquisa científica

Não se desenvolve uma pesquisa de uma hora para outra. Há algumas que duram meses, outras anos, e quando elas têm por base a pesquisa qualitativa, existe algo primordial nelas que é a investigação. A pesquisa qualitativa promove a liberdade de entender o porquê de algumas coisas acontecerem e a história oral também traz contribuições na consolidação da metodologia, pois considera que a abordagem em torno da oralidade é fundamental para a compreensão da realidade na criação do curso.

Pesquisar, num sentido amplo, é procurar uma informação que não sabemos e que precisamos descobrir. Consultar livros e revistas, verificar documentos, conversar com pessoas, fazendo perguntas para obter respostas, são formas de pesquisa, considerada como sinônimo de busca, de investigação e indagação.

Esse sentido amplo de pesquisa se opõe ao conceito de pesquisa como tratamento de investigação científica que tem por objetivo comprovar uma hipótese levantada, por meio do uso de processos científicos (metodologia do trabalho científico). Para a investigação acerca do assunto, foi utilizada também a metodologia por meio de entrevista sem a presença dos entrevistados, o que permitiu aos mesmos liberdades para falarem sobre seus entendimentos sobre os encaminhamentos ou questões estabelecidas.

2.2 Fundamentos históricos da História Oral

A História Oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador com uso de fita, tendo o tempo, o espaço e as pessoas como fatores essenciais.

O tempo é um movimento de múltiplas faces, características e ritmos, que inserido à vida humana, implica em durações, rupturas, convenções, representações coletivas, simultaneidades, continuidades, descontinuidades e sensações (a demora, a lentidão a rapidez). É um processo em eterno curso e em permanente devir. Orienta perspectivas e visões sobre o passado, avaliações sobre o presente e projeções sobre o futuro (DELGADO, 2003, p. 24).

A história oral é uma forma de coleta de informações das quais os sujeitos interagem com o pesquisador, tendo liberdade de expressarem informações, dados e concedendo respostas a um tema ou problema abordado. Nesse contexto, o passado é o ponto de busca para se contrastar com a realidade. Para Lowenthal (1981, p. 75), toda “consciência do passado está fundada na memória. Através das lembranças recuperamos consciência dos acontecimentos anteriores, distinguimos ontem de hoje, e confirmamos que já vivemos um passado”.

Parte da história preservada, o que envolvem fatos importantes da humanidade, foi preservada ao longo de anos, sendo recontada por gerações graças aos depoimentos de pessoas que tiveram a oportunidade de expor por meio da oralidade. Como em tudo há críticas, na história oral não é diferente e, dentre elas, estão a confiabilidade da fonte, a pesquisa oral só pode ser usada em temas contemporâneos, porém só se não houver algum arquivo, filmagem entre outros.

Na concepção de Neves (1998, p. 218), o “conceito de memória é crucial porque na memória se cruzam passado, presente e futuro; temporalidades e espacialidades; monumentalização e documentação; dimensões materiais e simbólicas; identidades e projetos”.

A memória é sempre atual, um elo no eterno presente, e ela é a base da oralidade, porém ela está em constantes ajustes, mas quando a pessoa resgata os acontecimentos do passado, ela recria as cenas no seu imaginário que é quando se pode perceber por meio das expressões faciais as emoções que ela passou diante da situação vivida.

2.3 Fundamentos metodológicos da História Oral

Os seres humanos, mesmo com a chegada da escrita, demoraram muito para iniciar os primeiros registros da história, alguns grupos sociais utilizaram a escrita rupestre para se comunicarem, deixarem registradas suas passagens em determinados espaços e tempos; outros, com a modernidade, foram implantando outras formas de comunicação como a escrita convencional, o jornal escrito, o rádio, a televisão, e atualmente as redes sociais com o

advento da internet. Mas a história oral ainda é fonte de pesquisa quando há a necessidade de recorrer ao passado, como menciona Alberti (1989):

Não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possa história oral apenas pode ser empregada em pesquisas sobre temas contemporâneos, ocorridos em um passado a entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, seja como testemunhas. É claro que, com o passar do tempo, as entrevistas assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não contemporâneos (ALBERTI, 1989, p. 4).

É de grande importância o entendimento do que se pesquisa e a procura sempre está dentro do contexto histórico da pesquisa sobre aquele grupo, pois quanto mais próximo for, maior será a veracidade do fato.

A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam: ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante demanda análise e discursos críticos. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica [...] (NORA, 1993, p. 9).

A memória está sempre ligada ao passado, porém, ao se retratada, pode não ser falada com todos os detalhes do que de fato ocorreu. Pode ocorrer do indivíduo, ao retratar um fato, pular uma parte do assunto, por isso deve-se ouvir atentamente o declarante. Para Pontes (2016, p.6) “um aspecto relevante ao se trabalhar com a história oral é a possibilidade que ela tem de demonstrar que os sujeitos históricos estão para além dos grandes líderes.”

Por meio da pesquisa de campo, utilizando-se da ferramenta de perguntas no formato de entrevista sistematicamente organizada, o pesquisador é capaz de buscar elementos que agregam maior qualidade e informações ao tema, problema e objetivos da pesquisa. Uma das principais riquezas da História Oral está em permitir o estudo das formas como as pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas.

Nesse caso, a metodologia da História Oral permite ressaltar, que nessa pesquisa pretendemos relatar, a formação e a consolidação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Artes Visuais e Música, na Universidade Federal do Tocantins. Assim, buscamos na pesquisa valorizar a memória de algumas pessoas que participaram dessa criação, resgatando a partir da memória dos sujeitos que vivenciaram esse tempo histórico relatando os acontecimentos que ocorreram durante o processo de implementação.

Optamos por trabalhar com história oral por entendermos que é uma opção metodológica que permitiria ao indivíduo a compreensão de uma relação diferenciada entre o presente e o passado, contribuindo para o entendimento do processo da construção do conhecimento histórico. A história oral possibilita demonstrar ao aluno como o conhecimento histórico e construído poderia contribuir para favorecer a rememoração destes sobre a sua própria história (MATOZZI, 2007 apud GUARIZA, 2015, p. 3).

É importante ressaltar que ao entrevistar pessoas que vivenciaram um acontecimento histórico, elas se sentem valorizadas, participantes ativas da construção e do resgate histórico de um lugar, fatos, pessoas, etc.

2.4 Procedimentos para a pesquisa em História Oral

É de grande valia a entrevista ser realizada com uma pessoa que tem passado por aquele processo ou o tenha vivenciado. Também é importante que não tenha passado muito tempo, pois quanto menos tempo o fato tiver passado melhor será o desempenho do testemunho, neste contexto, Alberti (1989) afirma que:

[...] um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, ...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (ALBERTI, 1989, p. 52).

Cada pessoa possui uma visão, uma concepção de coisas, fatos, pessoas, etc. Diante disso, o entrevistado deve ser instigado a demonstrar seu olhar sobre a história, mas o pesquisador deve ficar atento às situações desfavoráveis, quando algumas ideologias políticas, culturais, religiosas ou pessoais não forem o objetivo da coleta de informações acerca de um passado. Neste contexto, em si tratando do pesquisador, Tourtier; Bonazzi (1998), ressalta que:

[...] O entrevistador deve, primeiramente, ouvir, atentar à psicologia da testemunha, conhecê-la e respeitá-la. Na sequência a autora afirma que o sucesso da entrevista depende da relação de amizade – conquistada através de encontros anteriores ao dia marcado para a entrevista – entre a testemunha e o pesquisador. Assim como o resultado pode ser positivo, poderá surgir também uma entrevista entediante e sem importância para a pesquisa propriamente dita, e essa diferença, pode ser decisiva para a conclusão de muitos estudos (TOURTIER-BONAZZI 1998, p.104).

Como afirma o autor, é preciso criar uma relação de confiança entre pesquisador e entrevistado, pois é muito mais fácil para o indivíduo que está sendo testemunha se expressar. Há grandes diferenças entre um depoimento para um estranho ou para um conhecido. Quando

é para um estranho, a pessoa pode não se abrir e pode ficar com receio, uma vez que para alguém que faz parte de sua convivência, o declarante já não se prende, conta com mais detalhes o que lhe é perguntado, facilitando até no momento em que o pesquisador fará a transcrição da entrevista.

Ao elaborar as perguntas para as entrevistas é importante lembrar que não se deve induzir o entrevistado a responder aquilo que o pesquisador quer, pois, dependendo da pergunta, pode colocar a pesquisa em risco. e desqualificando o trabalho. Para uma boa entrevista é preciso criar um laço de confiança de ambas as partes.

Depois da entrevista feita, inicia-se o processo de transcrição das entrevistas, as perguntas realizadas foram:

- 1) Quais os objetivos na criação do curso em licenciatura do campo em Arraias?
- 2) Quais as dificuldades enfrentadas na criação e institucionalização do curso?
- 3) Quantas pessoas e quais participaram do processo de criação do curso?
- 4) Qual o perfil do aluno que vocês imaginavam para o ingresso no curso?
- 5) Qual sua expectativa para o profissional formado por esse curso?
- 6) Qual o apoio dado pelos movimentos sociais na criação do curso?
- 7) Enquanto professor, qual a sua expectativa em relação à dicotomia entre formação por área e por disciplina na Licenciatura em Educação do Campo?
- 8) Qual o apoio dado por essas instituições na criação do curso? E hoje em dia?

Foi preciso certo cuidado para que não transcrevesse as coisas que não foram ditas, sendo que as palavras transcritas pudessem enfatizar os objetivos da pesquisa. Como a pesquisa por meio do instrumento de questionário foi aplicado por meio de ferramenta de rede social, foi necessário transcrever as respostas recebidas em áudio e texto dos entrevistados preservando o pensamento de cada participante acerca do tema.

3 A EDUCAÇÃO DO CAMPO (ASPECTOS GERAIS)

Neste capítulo trataremos de alguns conceitos e definições sobre a Educação do Campo, com o objetivo de aprimorar as informações e melhor caracterizar os seus aspectos gerais. A Educação do Campo surgiu de demandas expressas nos mais diversos seguimentos da sociedade, movimentos sociais, educacionais, etc.

O objetivo apresentado nas pautas das discussões era que se construísse uma Educação do Campo com e para o homem do campo, o que exigia repensar os currículos de aprendizagens, os materiais didáticos, os recursos de financiamentos, estruturas, transporte e, em especial, a formação dos educadores que atuam e atuarão nas escolas camponesas.

3.1 Aspectos Históricos da Educação do Campo

A ideia de Educação do Campo nasceu em julho de 1997, quando da realização do Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA), no campus da Universidade de Brasília (UnB), promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), em parceria com a própria UnB, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

No processo de construção dessa ideia, foram realizados estudos e pesquisas a respeito das diferentes realidades do campo. A partir desses encaminhamentos, propiciou o conceito de Educação do Campo. Esse processo começou com a 7ª Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998. Com a realização da 2ª Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo, em 2004, já estávamos vivenciando uma nova fase na construção de novas ideias e pensamentos acerca do tema.

As experiências construídas pelos movimentos camponeses e organizações correlatas, especialmente, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) dimensionaram a ideia e o conceito de Educação do Campo, interagindo com as outras dimensões da vida do campo. Esse processo aconteceu com a participação do MST, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil (UNEFAB) e da Associação Regional das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR) como protagonistas do desenvolvimento de projetos de educação em todos os níveis.

A Educação do Campo nasceu da luta pela terra e pela Reforma Agrária. Essa luta cria e recria o campesinato em formação no Brasil. Desse modo, a Educação do Campo não poderia ficar restrita aos assentamentos rurais. Era necessária à sua espacialização para todas as regiões, para as comunidades da agricultura camponesa.

Recentemente, a Educação do Campo também foi incorporada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) com a criação de um grupo temático que tem como atribuição a promoção de estudos para o fortalecimento do desenvolvimento territorial sustentável, a realização de eventos e a formulação de subsídios para os conselhos estaduais e municipais, entre outras.

Esse histórico demonstra que a sociedade vive um processo de construção do paradigma da Educação do Campo. Nesse breve tempo foram desenvolvidos diversos procedimentos de elaboração teórica e metodológica, bem como de políticas por diferentes sujeitos que vivem e trabalham no campo e/ou que compreendem o campo como espaço de desenvolvimento territorial do trabalho familiar na agricultura.

Embora o Brasil, sendo um país de origem eminentemente agrária, a Educação do Campo não foi sequer mencionada nos textos constitucionais até 1891, evidenciando o descaso dos dirigentes e as matrizes culturais centradas no trabalho escravo, na concentração fundiária, no controle do poder político pela oligarquia e nos modelos de cultura letrada europeia “urbanocêntrica”.

Esse panorama condicionou a história da educação escolar brasileira e deixou, como herança, um quadro de precariedade no funcionamento da escola do campo em relação aos elementos humanos disponíveis para o trabalho pedagógico, a infraestrutura e os espaços físicos inadequados, as escolas mal distribuídas geograficamente, a falta de condições de trabalho, salários defasados, ausência de formação inicial e continuada adequada ao exercício docente no campo e uma organização curricular descontextualizada da vida dos povos do campo.

Embora os problemas da educação não estejam localizados apenas no meio rural, nele a situação é mais grave pois, além de não se considerar a realidade socioambiental onde cada escola está inserida, essa foi tratada sistematicamente, pelo poder público, como resíduo, com políticas compensatórias, programas e projetos emergenciais e, muitas vezes, ratificaram o discurso da cidadania; portanto, de uma vida digna reduzida aos limites geográficos e culturais da cidade, negando o campo como espaço de vida e de constituição de sujeitos cidadãos.

Para Silva (2004, p.1) “o modelo de desenvolvimento implementado no campo brasileiro foi tão excludente que marca até hoje o modelo de educação adotado no Brasil. A escola brasileira, de 1500 até o início do século XX, serviu e serve para atender as elites, sendo inacessível para grande parte da população rural. Para as elites do Brasil agrário, as mulheres, indígenas, negros(as) e trabalhadores(as) rurais não precisavam aprender a ler e escrever, pois, para desenvolver o trabalho agrícola, o letramento era desnecessário.”

O modelo brasileiro de educação rural apresenta uma série de elementos os quais aparecem na legislação, nas instituições pedagógicas, no currículo e mesmo nas "recomendações" dos organismos internacionais, que possibilitam traçar um esboço da educação rural brasileira a partir dos anos 1930.

Presente em todos os momentos históricos, imbuídos nas propostas para a educação rural, o movimento do capital de desestruturação da produção camponesa, tanto para a formação de um mercado de força de trabalho quanto para a constituição de condições para a modernização da produção agrícola.

O emprego de máquinas, de tecnologias e insumos, próprios dessa modalidade de produção, demanda o aumento das lavouras e, conseqüentemente, das propriedades rurais, fortalecendo o latifúndio que nasceram com a colonização.

Para Rocha, et tal (2004, p.3) “o conceito de campo pode ser melhor compreendido a partir do conceito de território como lugar marcado pelo ser humano. São lugares simbólicos permeados pela diversidade cultural, étnico racial, pela multiplicidade de geração e recriação de saberes, de conhecimentos que são organizados com lógicas diferentes, de lutas, de mobilização social, de estratégias de sustentabilidade.

Assim, o desenvolvimento humano e o fortalecimento do capital social, por meio de vínculos sociais, culturais e de relações de pertencimento a um determinado lugar, a um espaço vivido, são imprescindíveis para o desenvolvimento territorial sustentável.”

O termo “educação do campo” que estamos fortalecendo tem um sentido amplo e complexo, portanto, não pode ser entendido apenas como sinônimo de ensino. Esse conceito fundamenta-se na prática educativa que se tem desenvolvido nos movimentos sociais, nas diferentes organizações que atuam com educação, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394/96, que determina em seu art. 1º:

A educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (LDB, 1996, Art. 1ºp.1).

Para Rocha (2013, p. 02), “por educação do campo concebe-se toda ação educativa que incorpora espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher a si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos, pantaneiros e extrativistas, e fundamenta-se nas práticas sociais constitutivas dessas populações e seus conhecimentos, habilidades, sentimentos, valores, modo de ser e produzir, de se relacionar com a terra e formas de compartilhar a vida.”

No campo há uma diversidade a ser compreendida na mediação dos saberes, entre elas destacam: gêneros, crenças, etnias, necessidades especiais, orientações sexuais, etc. Neste contexto, currículo educacional e formação do professor deve propiciar a mediação de aprendizagens com respeito às diferenças, baseando nos princípios democráticos e éticos.

A LDB afirma que os indivíduos podem ser educados e se tornarem cidadãos e cidadãs na vida em família, no trabalho, na escola, nas organizações sociais, por meio de sua cultura, etc. Reconhece, assim, que a escola e os espaços extraescolares são um chão de aprendizagem para o exercício da cidadania. Com isso, entende-se que a educação está presente em todos os processos formativos ocorridos ao longo da vida de cada um dentro e fora da escola.

Na concepção de Rocha et al (2013), a identidade da Educação do Campo definida pelos seus sujeitos sociais deve estar vinculada a uma cultura que se produz por meio de relações mediadas pelo trabalho - entendendo trabalho como produção material e cultural de existência humana. Para isso, a escola precisa investir em uma interpretação da realidade que possibilite a construção de conhecimentos potencializadores, de modelos de agricultura, de novas matrizes tecnológicas, da produção econômica e de relações de trabalho e da vida a partir de estratégias solidárias que garantam a melhoria da qualidade de vida dos que vivem e sobrevivem no e do campo.

3.2 Professores do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Artes Visuais e Música da UFT – Universidade Federal do Tocantins

A construção de uma educação do campo no âmbito das universidades como formação de educadores foi um dos marcos importantes da história de luta dos movimentos sociais, instituições, etc. Desse modo, os professores que atuam na formação em Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) buscam, em sua maioria, mediar saberes e conhecimentos acerca da ciência da pedagogia, das artes e da dinâmica de alternância, promovendo, assim, uma maior familiaridade do acadêmico com as especificidades do ensino no campo no desenvolvimento de sua prática pedagógica.

Diante do exposto, foi necessário recorrer ao instrumento de pesquisa por meio de entrevistas para que o professor do curso de Licenciatura em Educação do Campo pudesse melhor expor sua atuação na formação de educadores para atuarem nas escolas camponesas.

Para agregar elementos qualitativos ao tema de forma contextual, dois professores concederam entrevista a fim de exporem suas experiências, informações e demais dados acerca da Licenciatura em Educação do Campo na região, sendo eles: professor Alessandro Pimenta e a professora Raquel Alves Carvalho.

Como já mencionado, foram elaboradas perguntas ordenadas sobre o tema, baseando-se no problema, objetivos e temática da pesquisa que serão elencados no capítulo 3, item 3.3 – professores da LEdoC do Campus de Arraias - Tocantins (O que pensam os sujeitos da pesquisa? Quais suas expectativas e objetivos ao contribuir com o Curso de Educação do Campo?)

3.3 Professores que atuam na educação do campo

Neste item, tratar-se-á brevemente a consideração sobre os professores que atuam nas escolas do campo, buscando elementos que melhor ilustre os aspectos recorrentes aos sujeitos que fazem de fato acontecer a aprendizagem com aos alunos.

A formação do professor tem uma trajetória construída a partir de interesses do contexto sociopolítico das exigências colocadas pela realidade social, das finalidades da educação, do lugar que a educação ocupa nas políticas governamentais, e das lutas travadas pela categoria e sociedade civil. A formação de professor se destaca principalmente pelas políticas governamentais que tem uma preocupação com a formação do cidadão da sociedade.

A formação de professores em nível superior continua sendo um desafio a ser enfrentado pelo poder público. Segundo dados MEC/SEF (1996, p.13) , existem hoje no Brasil 1,38 milhão de professores, dos quais 779 mil não possuem curso superior. Desses, 124 mil não concluíram o 2º Grau e 63,7 mil não concluíram o 1º Grau. Esses dados, entretanto, não revelam toda a gravidade da situação.

Ainda sobre os dados do MEC/SEF (1996, p.13) mostram que dos aproximadamente 650 mil professores que têm formação superior, 81.133 têm licenciatura incompleta, 546.452 licenciaturas completa e 22.899 outra graduação completa. E dos 612.316 professores com formação média, 23.793 estão com formação incompletas, 552.122 completa e 36.401 com outra formação completa. Ou seja, um grande número de docentes, formados em cursos de

nível médio ou superior, não têm a formação específica para o magistério, seja por não terem completado sua formação, seja porque são oriundos de outras áreas de formação.

De acordo com os dados obtidos, ainda há escassez de cursos para a formação dos professores que ministram as aulas em um ambiente que deveriam ser professores devidamente capacitados. Conforme (Souza 2012, p.109) “as professoras reconhecem a necessidade de estudar e compreender a realidade do campo e dos seus sujeitos para nela melhor intervir. Queixam-se de falta de formação continuada para o enfrentamento dessa realidade.” Nossos professores têm tentado uma melhor formação através de programas vinculados à formação, mas nem sempre é possível.

Nosso problema gira em torno da discussão das possibilidades de o curso de Licenciatura em Educação do Campo atender as necessidades do campo na região de Arraias e como os discentes do curso compreendem essa questão. Essa problemática é importante devido ao fato de refletir sobre essa temática, uma vez que na região de Arraias há deficiências na formação de professores na educação do campo nas áreas de artes visuais e música.

De modo geral, a Licenciatura em Educação do Campo abrange uma linguagem múltipla, plural, pois alcança os diversos meios e formas de comunicação também por meio da arte, o que traz possibilidades de trabalhar a diversidade histórica e cultural no espaço campo (escolas do campo) pelos professores formados no curso.

O professor é parte fundamental da escola, é ele que conduz a formação dos seus alunos, porém, permitindo que os mesmos sejam protagonistas. Como mediador, é seu papel promover a aprendizagem transformadora e significativa. Desse modo ele possibilita o alcance da qualidade da vida social coletiva, como mencionando em Brasil (2002), a saber:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL, 2002, p.32).

A formação do professor deve garantir além da qualidade do ensino, o direito de exercer sua profissão com segurança, capacidade pedagógica de mediação da aprendizagem no campo e na cidade, como menciona Silva (2005), a saber:

A formação do professorado deve ser formulada numa perspectiva de contribuir para a sua profissionalização docente, o que compreende o direito à formação inicial, em todos os níveis, em um processo permanente de formação continuada em

serviço, possibilitando que o/a professor/a possa atuar com o mesmo grau de eficiência no campo e na cidade. (Silva 2005, p.49).

A eficiência destacada por Silva (2005), requer que as Universidades promovam uma formação que atenda as demandas e especificidades contidas no meio rural e urbano. importante ressaltar que na cidade há inúmeros alunos que são camponeses, público este vindo do campo com o fechamento de escolas.

Ao fechar as escolas do campo, o governo passou a utilizar o transporte escolar para que os alunos dessas comunidades pudessem continuar seus estudos. Na cidade esses alunos são recebidos na maioria das vezes sem considerar suas especificidades.

Em grande parte das escolas faltam ajustes no currículo de aprendizagem conforme o contexto de vida dos mesmos, bem como carência de professores com formação voltada para atender esses sujeitos e promover uma aprendizagem digna da demanda que eles trazem para o espaço escolar.

A formação de professores para atuar na educação do campo, produz transformações importantes na construção de uma sociedade sustentável, com qualidade de vida social, cultural e econômica. A este respeito, Bittencourt Brito (2017) afirma que:

A Educação do Campo, com base em toda a produção acadêmica e intelectual dos últimos 20 (vinte) anos e inspirada no desejo de uma sociedade emancipada, vem desenvolvendo uma experiência educacional ímpar, única. Ela é construída pelas mãos de homens e mulheres desejosos de “liberdade” de todas as ordens (intelectual, financeira, sexual, etc.) e, sobretudo, de vida e de sobrevivência, em seus territórios. (BITTENCOURT BRITO 2017, p. 324).

Essa formação promove novas percepções de sujeitos, cidadãos conscientes, atuantes e capazes de promover entre si, o exercício pleno da cidadania. Portanto, na compreensão de Bittencourt Brito (2017), a Educação do campo enquanto formação e resultado de aprendizagem de qualidade pelos camponeses é um compromisso social, como menciona:

Compreender-nos como sujeitos políticos que tem o potencial de interferir e transformar a sua própria realidade e que essa transformação parte do movimento da realidade na qual estamos inseridos, e buscamos somar esforços nesse movimento histórico que é o Movimento da Educação do Campo é um compromisso social. (BITTENCOURT BRITO 2017, p. 325).

A formação do professor seja para atuar na educação do campo, ou nos espaços urbanos é um direito, compromisso social como já mencionado, mas também uma política pública que requer por parte do Estado, investimentos capazes de atender suas demandas existes.

A Licenciatura enquanto formação dos professores no que trata a LEdoC em Arraias – TO, promover através das artes um significado diferente, a este respeito Pereira (2020), afirma que:

A proposta para as Artes é que haja uma articulação entre as áreas artísticas, a saber: Artes Visuais, Dança, Música e Teatro, constituindo a especificidade da construção do conhecimento em Arte na escola. O objetivo é trabalhar as dimensões da criação, crítica, estesia (ligada à sensibilidade e percepção dos sujeitos em relação ao próprio corpo, ao espaço, tempo, som, ação, imagens) e a expressividade. (PEREIRA 2020, p. 10)

As relações com o próprio corpo, espaço, tempo, som, ação, imagens permitem aos alunos compreender diversas dimensões da vida social, cultural e econômica, promovendo maior significado à aprendizagem, pertencimento e construindo possibilidade de transformações da realidade para melhorar a qualidade de vida no campo.

4 UFT – CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO (CONTEXTO, DESAFIOS E IMPACTOS NA REGIÃO)

Neste capítulo serão abordadas as questões relacionadas ao contexto do campo de pesquisa sobre a Licenciatura em Educação do Campo, apresentando breve panorama de questões como: desafios, impactos na região e o futuro da mesma.

4.1 Aspectos Históricos de Arraias Tocantins

Ainda no período do ouro, nas primeiras expedições que geraram as colonizações e a fundação do Estado de Goiás, os mais antigos arraiais, assim como eram chamadas as pequenas cidades, Arraias surgia entre morros e com aspectos marcantes na região, sediando acontecimentos eternizados em livros, na memória das pessoas, documentos e objetos contidos no museu da cidade, como menciona Xavier (2014) no histórico do município.

As primeiras habitações do território deste município decorreram da descoberta de riquíssimo garimpo de ouro, na Chapada dos Negros, a 3 quilômetros da atual sede municipal. Em 1736, deram-se as primeiras entradas de grandes contingentes de escravos procedentes, provavelmente, da Bahia, tendo em vista os costumes e tradições baianas de seus moradores (XAVIER, 2014, p. 1).

Arraias foi sede e ao mesmo tempo distrito de outras cidades vizinhas, porque na conjuntura da história política e administrativa, a maioria dos distritos, colônias, povoados, passavam por várias reformas administrativas, desse modo, as divisões territoriais da região sofriam constantes mudanças até chegarem à categoria atual.

Em divisão territorial datada de 1988, o município é constituído de 3 distritos: Arraias, Cana Brava e Novo Alegre. Pela lei estadual nº 251, de 20-02-1991, alterado pela lei estadual nº 498, de 21-12-1992, desmembra de Arraias o distrito de Novo Alegre. Elevado à categoria de município (XAVIER, 2014, p. 4).

O tempo passou, o espaço precisou ser reinventado para manter uma cidade em evolução e assim surgiram as mudanças no formato de sustentabilidade econômica da população emancipada, surgindo a agricultura, o comércio de diversos produtos, a arte, etc. Hoje, Arraias é uma cidade com potencial social, econômico e cultural no estado do Tocantins. Vale ressaltar que Arraias é destaque em aspectos culturais e organização como espaço urbano e rural, em que sua população busca por meio da educação a valorização da

identidade histórica, cultural e econômica, sendo vozes ativas na implantação de melhorias, em especial a educação do campo enquanto modalidade de formação acadêmica de professores e alunos nas escolas rurais.

4.2 Legislação do Curso no estado do Tocantins (Contexto Arraias – TO)

A Universidade do Tocantins surge como uma oportunidade ímpar de consolidar o acesso ao ensino superior, desse modo, uma abertura para implantar também um curso que pudesse dialogar com a demanda local, em especial, a educação do campo e as potencialidades artísticas locais.

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins (UNITINS), mantida pelo Estado do Tocantins (PPC DO CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO 2013, p. 7).

Com a chegada da Universidade Federal em Arraias, criaram-se novas expectativas para a sociedade arraiana e para as cidades vizinhas. Atualmente, o Campus da UFT é referência na região.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocantinense. É, portanto, um sonho que vai aos poucos se consolidando numa instituição social voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação (PPC DO CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO 2013, p. 6).

Segundo o PPC, (2013, p.7), “a UFT possui uma estrutura multicampi, com 7 (sete) campus universitários localizados em regiões estratégicas do estado, que oferecem diferentes cursos vocacionados para a realidade local, implantados em diferentes cidades (Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis).” Cada um desses campus recebem pessoas de várias regiões, pessoas que buscam o conhecimento e uma formação adequada que possam receber e repassar o conhecimento que lhes foram confiados.

O Tocantins possui uma população bastante heterogênea que agrupa uma variedade de povos indígenas e uma significativa população rural. A UFT tem, portanto, o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no Estado, oferecendo uma educação contextualizada e inclusiva. Dessa forma, a Universidade tem

desenvolvido ações voltadas para a educação indígena, educação rural e de jovens e adultos (PPC DO CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO 2013, p. 9).

O presente PPC foi elaborado por um grupo de professores que atuam na área da educação do campo como docentes, pesquisadores e extensionistas, e integram o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo (GEPEC) no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), tendo a participação dos professores, a saber: Prof. Dr. Idemar Vizolli, Prof.^a Dra. Raquel Alves de Carvalho, Prof.^a Mestre Ana Carmen de Souza Santana, Prof. Dr. Alessandro Rodrigues Pimenta e Prof.^a Mestre Suze da Silva Sales.

Desses professores, dois concederam entrevista para destacar pontos importantes do tema tratado. A constituição do Campus de Arraias foi uma conquista, considerando os aspectos sociais, econômicos e culturais do município e as demandas da população, em especial, a necessidade de formação superior.

O Campus de Arraias, desde 2009, possui um Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo que vem articulando ações de Ensino, Pesquisa e Extensão na área da Educação do Campo. Tal grupo concorreu junto a CAPES/MEC com o projeto intitulado: “A Educação do Campo em foco: uma análise interdisciplinar da realidade das escolas rurais no Sudoeste do Tocantins”, que foi aprovado em 2010 e vem desenvolvendo pesquisas que possibilitem conhecer e intervir nas reais condições do ensino das escolas do campo no sudoeste do Estado do Tocantins, especificamente, na microrregião de Dianópolis que está composta por 20 municípios (PPC DO CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO 2013, p. 16-17).

Em 2012, como consta na Proposta Pedagógica Curricular, o curso de Educação do Campo se tornou uma conquista, trazendo novas perspectivas no contexto das relações sociais, culturais, econômicas e educacionais nos grupos de pequenos agricultores em comunidades com características precisas, outras tradicionais como as comunidades quilombolas, por exemplo.

Em consonância com o Edital 02, de 05 de Setembro de 2012, que se caracterizou pela Chamada Pública para Seleção de Projetos de Instituições Públicas de Ensino Superior para o Programa de Apoio à Implantação das Licenciaturas em Educação do Campo-Procampo, a Universidade Federal do Tocantins, mais especificamente, o Campus de Arraias, apresenta o Projeto Político Pedagógico para o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, que se destina à formação inicial de 120 (cento e vinte) discentes oriundos da área rural, por ano, para atuarem nas escolas do campo situadas em contextos socioculturais diversificados (PPC DO CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO 2013, p. 18).

Viabilização de formação superior específica tem como pretensão promover a expansão da oferta da Educação Básica nas comunidades rurais; o atendimento à demanda

apresentada no campo, local em que há carência de professores qualificados para o ensino de diversas áreas, incluindo-se Artes e Música; além do auxílio à superação das desvantagens educacionais, observando os princípios de igualdade e gratuidade quanto às condições de acesso.

A operacionalização do curso previa a organização de dezoito turmas com núcleos de estudos básicos, o que significa que cada ano, entraria duas turmas de 60 estudantes. Isso se repetiria nos dois anos subsequentes, com a entrada anual de 120 estudantes, totalizando um público de 360 estudantes ao todo. Posteriormente, o curso continuaria, mas sem a obrigatoriedade de entrada anual de 120 acadêmicos.

No que se refere à educação dados do Pronex Brasil (2004) estimavam que entre os assentados, a Região Norte tem 390.752 famílias assentadas. Apresenta um índice médio de pessoas não alfabetizadas de 14,74%; 44,89% têm nível de escolaridade de 1ª a 4ª série e apenas 27,41% cursaram o nível fundamental completo. 6,72% têm o ensino médio incompleto; 4,99% completaram o ensino médio e menos de 1% completou algum curso de nível superior ou está cursando. (SANTOS et al 2018, p.232, apud BRASIL 2004)

A luta principal da Educação do Campo tem sido por políticas públicas que garantam o direito da população do campo à educação e que seja no e do campo. Um dos fundamentos da Educação do Campo é que só há sentido em construir processos pedagógicos específicos às necessidades dos sujeitos do campo vinculados à construção de outro tipo de modelo de desenvolvimento. A base fundamental de sustentação da Educação do Campo é que o território do campo deve ser compreendido para muito além de um espaço de produção agrícola.

O campo é território de produção de vida; de produção de novas relações sociais; de novas relações entre os homens e a natureza; de novas relações entre o rural e o urbano. São relações que revelam vários tipos e formas de ocupação do espaço no campo brasileiro e no estado do Tocantins. Uma conquista desse processo foi a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Parecer no 36/2001 e Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação). Nesse sentido, a UFT ainda não conseguiu dar uma resposta objetiva a essas questões que envolvem a educação, a cooperação e a luta pela terra no Estado do Tocantins.

O curso de Licenciatura em Educação do Campo pretende promover esse diálogo histórico com as organizações sociais e sindicais do campo. Por outro lado, procura instituir e fortalecer o debate em torno da educação do campo por meio da criação de um curso de licenciatura que pretende institucionalizar uma política de educação do campo no âmbito

superior na Universidade Federal do Tocantins. Conta com um arcabouço legal, a saber: Objetivo Geral: realizar uma formação contextualizada na área de Artes e Música que possibilite ao discente de Licenciatura uma identidade na área de formação de educadores/as politicamente comprometida com a cultura, às lutas sociais e com o campo brasileiro.

Almeja-se para a formação do profissional da educação que ele tenha domínio dos conteúdos e a compreensão crítica daquilo que ensina e faz; conheça as novas tecnologias e que as utilize, de acordo com o projeto político de emancipação das classes menos privilegiadas; tenha na sua formação uma especificidade que contribua para o trabalho coletivo e interdisciplinar na escola; e tenha a compreensão das relações entre a escola e a sociedade (PPC 2013, p. 31).

A educação do campo, deve propiciar a formação humana, desse modo, pautada numa dimensão curricular que valoriza o camponês nas suas diversas relações sociais, culturais, econômicas, etc. A este respeito, Molina (2017) afirma que:

Ao contrário da lógica da escola capitalista, a Educação do Campo tem-se pautado por uma matriz formativa ampliada que comporta diferentes dimensões do ser humano. Nessa perspectiva, a escola deve desenvolver com extrema competência o intelecto dos sujeitos que educa, mas não pode se furtar a trabalhar igualmente a formação de valores, o desenvolvimento político, ético, estético e corpóreo de seus educandos. A matriz formativa da educação camponesa parte do princípio dela como formação humana, recusando a matriz estreita e limitada da escola capitalista, cuja lógica estruturante é a produção de mão de obra para o mercado. (MOLINA 2017, p. 591)

A educação é um direito, desse modo, deve contemplar a todos, considerando as especificidades de cada grupo social. Partindo desta compreensão, é possível que o conhecimento científico seja de fato acessível ao homem do campo de forma equilibrada dialogando com os saberes, fazeres e afazeres do mesmo. A este respeito, Molina (2017), destaca que:

Importa destacar aqui que essas Licenciaturas têm uma marca constitutiva fundamental, que é o fato de já terem sido projetadas assumindo uma posição de classe, rompendo tradicionais paradigmas que afirmam a possibilidade da neutralidade da produção do conhecimento científico e das políticas educacionais. As LEdoCs são planejadas considerando-se a luta de classes no campo brasileiro e colocando-se como parte e ao lado do polo do trabalho, assumindo e defendendo a educação como um direito e um bem público e social (MOLINA, 2017, p. 590)

Como pioneiro na implantação e desenvolvimento do curso de Licenciatura em Educação do Campo, o Tocantins promoveu e ainda promove uma inclusão de fato necessária

e que merece toda relevância por parte da sociedade, do Estado e em especial dos camponeses, envolvidos. Oliveira (2021), em suas considerações, afirma que:

As Licenciaturas em Educação do Campo (LEdoC) do estado do Tocantins são importantes e necessitam continuar o seu trabalho de formação de diversos camponeses, pois, com elas, esses sujeitos e sujeitas têm acesso ao Ensino Superior e se formam para atuarem nas escolas localizadas no campo, que tanto precisam de professores formados. (OLIVEIRA et al, 2021, p.24)

A Educação do Campo abrangendo as artes promove significados especiais para a formação do professor e para o sujeito camponês nas suas diversas manifestações artísticas e culturais. A arte promove interações e sentimento de pertencimento nos diversos grupos, em especial em comunidades rurais tradicionais como os quilombolas, indígenas, etc. Oliveira (2021) destaca que:

As artes têm a potência de ampliar o conhecimento cultural e estético dos educandos e educandas, fator fundamental para enriquecer o aprendizado e desenvolver a imaginação. A arte transforma tanto o homem quanto a natureza, pois a arte humaniza. (OLIVEIRA et al, 2021, p.25)

Como já mencionado sobre o papel da arte, é importante complementar que a alternância do curso possibilita que o professor e os alunos compartilhem melhores momentos nas relações de aprendizagem, podendo neste contexto, reconhecer nas comunidades elementos significativos que agregam valor ao curso por meio de pesquisas, desenvolvimentos de habilidades artísticas, etc. A este respeito, Cover (2016), afirma que:

O curso é oferecido a partir da Pedagogia da Alternância, em que os estudantes realizam etapas de formação intensiva no Campus Universitário, em tempo integral, e posteriormente voltam para suas comunidades, para desenvolver tarefas de pesquisa e observação, buscando integrar o conhecimento que é produzido nas comunidades, com o conhecimento que é produzido na universidade. A proposta pedagógica do curso tem aspectos que apresentam inovações no sentido de garantir o acesso e a permanência dos estudantes de áreas rurais no âmbito universitário. O fato de o curso ser organizado na Pedagogia da Alternância, possibilita a participação de trabalhadores rurais e da educação da Região. (COVER 2016, p.3)

A pedagogia da alternância como já mencionado produz nas relações de aprendizagens diálogo entre conhecimento científico e saberes preservados e produzidos no campo pelos camponeses. Esse formato de ensino superior possibilita que os envolvidos se sintam parte da formação, neste contexto o estudante universitário e os alunos nas escolas do campo sejam protagonistas do ensino.

4.3 Professores da LEdoC do Campus de Arraias Tocantins: O que pensam os sujeitos da pesquisa? Quais suas expectativas e objetivos ao contribuir com o Curso de Educação do Campo?

A LEdoC enquanto Licenciatura em Educação do Campo tem como público pessoas com características comuns, quando se trata dos objetivos e perspectivas que os levam a buscar a formação superior para atuar como educadores pois, na maioria, sonham em alcançar a oportunidade de exercer a profissão nas escolas do campo na região.

Diante do exposto, é importante ressaltar que a formação da população requer dos educadores grande esforço para que seja realizada uma formação de alternância, de contextualidade, respeito aos diversos aspectos históricos, culturais, sociais e econômicos da região, marcada por problemas de pobreza, comunidades tradicionais e de difícil acesso, etc.

4.4 Entrevista 1 – Professor Alessandro Pimenta

Em entrevista, o professor Alessandro Pimenta destacou que o curso surgiu enquanto anseio da região em ter professores capacitados para mediação em sala de aula no campo, onde há especificidades diferentes do meio urbano, tendo como dificuldades as questões de institucionalização do mesmo junto aos sistemas de ensino nas esferas nacional, estadual e municipal. De início, a professora Raquel Alves de Carvalho, o professor Alessandro Pimenta junto a outros professores formou os pioneiros na consolidação do curso. Logo em seguida com minha ajuda e de outros colegas que foram chegando e elaborando as propostas de ensino do curso e a sistemática curricular do mesmo.

Ainda, segundo o professor Alessandro Pimenta, foi preciso um estudo para conhecer o público da educação campo, considerando questões como: quem são, onde estavam, quais expectativas, etnografia, demografia, suas bases históricas e culturais. O entrevistado destacou em especial, aqueles que viviam e vivem em comunidades isoladas, em especial, os quilombolas que são destaques em meio ao público atendido em quantidade e relevância histórica e cultural, aspectos geográficos de localização de suas comunidades, etc.

Nesse ponto da entrevista, o professor destacou a alternância no curso, considerando esse aspecto significativo na formação do público, do qual trazia o objetivo principal de fazer a diferença nas comunidades, promovendo uma educação no e para o campo. Lembrou ainda que esse perfil de aluno estava fora das perspectivas da UFT e que precisava, então, ser

incluído, considerando que a universidade tem um papel fundamental na qualidade promovida nas escolas camponesas.

Sobre perspectivas do curso, o professor Alessandro Pimenta destacou que mudou, considerando que antes o curso era voltado apenas para Artes e Música, devido à Construção da Base Nacional Comum Curricular, os campos do conhecimento se tornaram mais significativos, e claro que a LEdoC estava caminhando já nessa questão, o que agora melhora ainda mais, abrangendo novas áreas, competências, etc.

Sobre apoio de movimentos sociais na criação do curso, o referido professor destacou que o apoio foi mais institucional por parte de educadores na época, de pessoas das comunidades, sem ampla participação de movimentos constituídos em outras situações. Sobre expectativas quanto à dicotomia entre formação por área e por disciplina na Licenciatura em Educação do Campo, o professor destacou que agora, considerando a BNCC, a formação segue apenas nas áreas do conhecimento, promovendo uma formação ainda mais qualitativa, contextual e ao mesmo tempo abrangente, agregando novos elementos para a prática do educador, não somente nas escolas do campo, mas em qualquer lugar onde tiver que prestar um concurso e exercer a profissão de professor.

Ainda sobre a criação do curso, apoio e atual conjuntura de sustentação dele na UFT, o professor destacou que considera os professores os principais pioneiros aliados aos demais representantes de seguimentos interessados, em especial, os camponeses, ou pequenos agricultores da região e de comunidades tradicionais. Destacou ainda que se preocupa com o curso, no sentido de não perder sua identidade, preservando a essência de seus objetivos, formar professores que, por meio da alternância, construa na sua comunidade uma educação significativa, plural, libertadora, capaz de causar a transformação impactante que favoreça o público das escolas camponesas.

4.5 Entrevista 2 – Professora Dra. Raquel Alves de Carvalho

A professora Dra. Raquel Alves de Carvalho destacou que o objetivo do curso de início era fazer uma culminância entre a UFT e seus campos de atuação nas diversas formações com aqueles professores que atuavam na educação do campo, mas que ainda não tinham formação específica para melhor desenvolver sua prática pedagógica. Depois, com a institucionalização do curso junto ao MEC e demais seguimentos legais a respeito do curso, foi implantado. Atualmente, com as mudanças diversas e a formação por área dos

conhecimentos, os objetivos ampliaram, agregando novos elementos e assim promovendo uma formação com maior abrangência e qualidade para o seu público.

Sobre as dificuldades na criação e consolidação do curso, a professora destacou que geralmente quando se tratava de educação era sempre muito difícil no Brasil, também as questões institucionais junto aos órgãos, convencer a comunidade da importância, implantar o curso considerando suas especificidades de recursos humanos para formação, recursos para manutenção, engajamento da universidade como um todo, mas foram desafios gratificantes.

Outro ponto colocado pela professora foi a questão do preconceito que na época era maior em relação à educação do campo e que ainda existe de forma moderada. Destacou que na época da criação do curso, houve várias participações, entre elas, destacou os professores Claudemiro e Ana Carla, que de início não tiveram muito êxito, sendo na segunda tentativa e com ajuda de vários outros educadores que conseguiram implantar o curso.

Ainda, segundo a professora Dra. Raquel Alves de Carvalho, em relação ao público da educação do campo, de início se pensou justamente do professor e no camponês, depois, essa visão foi ampliando conforme demandas que chegavam, novos educadores que já atuavam e outros que não estavam atuando e tinham o objetivo de exercer a profissão, jovens em geral que viam no curso a possibilidade de não precisarem sair da comunidade, podendo ali mesmo sustentarem-se e terem um grau superior, etc.

Sobre o perfil desses alunos do curso, a professora Dra. Raquel Alves de Carvalho relatou que na sua maioria eram camponeses morando no campo, atuando em alguma atividade ou escola, em comunidades também tradicionais, em especial as comunidades Quilombolas.

Sobre as expectativas, a professora Dra. Raquel destacou que sempre teve como meta possibilitar que além dos conhecimentos técnicos mediados nas universidades, pudesse também dialogar com as especificidades dos saberes e fazeres do campo, suas necessidades e suas relações enquanto demandas sociais, educacionais, culturais e econômicas. Desse modo, a alternância construísse pontes entre essas duas possibilidades de saberes, promovendo conhecimento significativo e transformador.

Ao tratar do apoio de movimentos sociais, a professora Dra. Raquel Alves de Carvalho pontuou que quando estava na fase de construção do curso, dialogou muito com o campus Tocantinópolis e, assim, boa parte disso foi feito na capital Palmas, dialogando com os demais educadores no campus de Arraias e com o campus de Tocantinópolis, reunindo-se na capital. Naquele momento tinha a presença do movimento social MST, movimento dos atingidos por

barragem, mas da regional de Arraias, especificamente, teve pouca participação, contudo, estavam dialogando com esses movimentos de níveis estaduais lá em Palmas.

Ao tratar da expectativa quanto à dicotomia entre formação por área e por disciplina na licenciatura em educação do campo, a professora destacou alguns pontos importantes e relevantes, entre eles: a pedagogia da alternância crucial na construção de pauta pedagógica das quais geram diversos ajustes significativos na aprendizagem do formando e isso é o diálogo entre os saberes técnicos científicos da universidade com o demais saberes, fazeres e afazeres do público da educação do campo na sua comunidade.

Atualmente há o tratamento de áreas do conhecimento e competências de aprendizagens, com a criação da Base Nacional Comum Curricular, as escolas e universidades estão com uma direção mais sólida e ordenada dos conhecimentos a serem mediados; assim, a formação por meio da LEdoC se tornou mais significativa, abrangente e capaz de moldar um novo perfil de profissional, capaz de atuar até mesmo em outros campos além da escola camponesa.

Ainda sobre o apoio dos movimentos sociais na criação do curso, a professora destacou a Escola da Terra, escolas agrícolas de modo geral, apoiadas por movimentos do MST e outros. Segundo ela, no caso específico da LEdoC, as tramitações foram mais institucionais junto aos órgãos competentes, como: MEC, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, as próprias universidades e seus educadores, bem como participação do próprio público camponês, sendo algo que demorou, passando por diversas etapas institucionais, reuniões e etc. A professora fez questão de pontuar que a LEdoC foi pensada no e com o povo do campo, ou seja, partindo do campo, para assim atender suas demandas sociais, econômicas, culturais, etc.

De modo geral, os dois professores entrevistados trataram das questões de modo bem parecidos, sem divergências nas informações e dados, sendo que ilustraram bem os aspectos de criação, objetivos, desafios, consolidação e permanência do curso ao longo dos anos na região.

Para finalizar, traremos alguns destaques a serem pontuados acerca do tema, considerando os resultados da pesquisa bibliográfica e de alguns documentos acerca da LEdoC, bem como o pensar e o agir dos entrevistados desde a implantação do curso na –UFT, Campus de Arraias – TO.

Como consta neste trabalho, de modo geral, a Licenciatura em Educação do Campo em Arraias, sua criação e consolidação da formação de professores para atuar no campo, se tornou um marco histórico. Desse modo, observando as entrevistas, vale destacar que causou

importantes impactos na sociedade arraiana e na região que abrange também parte do nordeste goiano, comunidades quilombolas, etc.

A educação camponesa como direito garantido surge de compreensão de ela deve ser pauta e construção no campo e pelo homem camponês, compreendendo suas necessidades básicas de consolidação de aprendizagem significativa e transformadora. Assim, a LEdoC tem como objetivo mediar saberes técnicos e científicos com os saberes, fazeres e afazeres do homem do campo.

A formação do professor mediador de aprendizagem na escola camponesa deve pautar as questões inerentes ao seu público, sem isso, passa a ser apenas conhecimentos introduzidos nas comunidades sem significados, o que pode causar desinteresse do público atendido.

Os diversos autores e documentos consultados acerca da LEdoC destacam a importância da mesma como política pública educacional e que influencia outras áreas como as questões sociais, culturais e econômicas. Vale lembrar que muitos camponeses desejam que suas famílias permaneçam no campo, produzindo a sustentabilidade, sem com isso ter que migrar para os centros urbanos. A educação do campo possibilita agregar conhecimentos técnicos aos saberes locais, melhorando as condições de vida, qualidade da produção local, permanência dos jovens que se sentem seguros para ajudarem seus familiares.

Outro fator importante acerca da LEdoC é que as áreas do conhecimento técnico, além de dialogar com os saberes das comunidades camponesas por meio pedagogia da alternância, possibilita que o professor da universidade reconheça a história, cultura e demais especificidades que cada cursando agrega nos seminários, pesquisas, etc. Essa dialógica permite que a faculdade esteja mais próxima do aluno, de suas vivências e experiências, possibilitando que os agentes criem relações harmônicas, equilibradas, ética, democracia, promovendo o respeito às diferenças existentes.

Foi pontuado pelos professores Alessandro Pimenta e Professora Raquel que a implantação do curso na região se fez de forma mais institucional, tendo mais interesse e luta por parte deles e de outros educadores, tendo pouca representação dos movimentos sociais. A demanda foi apresentada aos órgãos competentes da educação como MEC e outros, sendo duas tentativas, levando mais de um ano de reuniões em diversos seguimentos educacionais em Brasília, Palmas e outras cidades.

Ambos os entrevistados destacaram que toda a luta por educação de qualidade, significativa e transformadora, resultaram de lutas, sejam elas pelos professores, de movimentos sociais e ou pessoas comuns, como foi o caso dos camponeses que deram apoio à causa.

O público da educação do campo em seu primeiro momento foi pensado mais naqueles que atuavam em sala de aula e como servidores de escolas do campo, porém, o curso ganhou notoriedade depois de enfrentar preconceitos diversos, sendo hoje referência no país. De início, a licenciatura estava voltada para a prática pedagógica abrangendo artes e música, o que foi ganhando novos conceitos, áreas e competências acerca de novos conhecimentos, e isso ganhou mais intensidade com a construção da Base Nacional Comum.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa Licenciatura em Educação do Campo em Arraias: Criação e Consolidação da Formação de Professores para o campo tiveram como perspectivas reconhecer a importância da LEdoC para os educadores e educandos na região, em especial do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Artes Visuais e Música da UFT – Universidade Federal do Tocantins Campus de Arraias - TO. Desse modo, buscou apresentar elementos acerca do tema tratado, sua problemática, objetivos e impactos na vida do professor nas escolas camponesas e respectivamente das comunidades do campo.

Vale ressaltar que a LEdoC é uma Licenciatura voltada para o campo, pautada na compreensão de que no campo é construída sua verdadeira identidade como formação, alinhada aos conhecimentos técnicos e bases curriculares como referenciais para, assim, consolidar a formação do professor para exercer sua função pedagógica, mas também possibilitar que não sendo possível atuar nesta área, poderá, munido de uma formação superior, atuar em outras profissões, melhorar a atuação no campo e na vida social, cultural e econômica.

Embora na maioria dos casos os movimentos sociais tenham grande participação na construção de diversas pautas educacionais, em si, tratando da LEdoC, segundo os entrevistados foi uma conquista de um grupo de educadores que buscaram junto aos órgãos competentes institucionalizar o curso no Campus de Arraias – TO.

Ambos os entrevistados destacam a preocupação com a essência, qualidade e permanência do curso, pois acreditam na sua importância, relevância e impactos transformadores e significativos no campo, em especial nas Comunidades Quilombolas, indígenas e assentados, para agricultores familiares, etc.

Sem a LEdoC, a alternância, as relações significativas e harmônicas entre os saberes técnicos e científicos com os saberes do homem do campo, poderiam causar retrocesso, possibilitando que a atuação de professores camponeses viesse a perder as conquistas até o momento, das quais tantas vezes citadas nesta pesquisa, em destaque: educação significativa e transformadora, capacidade de atrair o camponês para as universidades, permanência deles em suas comunidades, em especial, manter os jovens no campo junto aos seus familiares sem a necessidade de ter que migrar para os centros urbanos e deixar para trás os familiares.

A LEdoC é, portanto, o que melhor se tem de formação superior que dialoga com o contexto comunitário do aluno desde seu surgimento, na construção de pautas curriculares e promoção de saberes capazes de despertar o sentimento de pertencimento comunitário do

camponês, dando real valor as suas demandas, possibilitando qualidade do ensino e da vida de todos que no campo vivem, relacionam, produzem sustentabilidade da família e do país.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **História oral a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.

BRASIL, LDB – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em:
http://www.cp2.g12.br/alunos/leis/lei_diretrizes_bases.htm. Acesso em 09 de maio de 2022.

BRASIL. **Manual de Operações do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA**. Brasília, DF: MDA/INCRA. 2004

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº36, de 4 de dezembro de 2001. **Sobre Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 mar. 2002.

BITTENCOURT BRITO, Márcia Mariana. **Formação de Professores na perspectiva da Epistemologia da Práxis: análise da atuação dos egressos do curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade de Brasília**. / Márcia Mariana Bittencourt Brito; orientador Mônica Castagna Molina. -- Brasília, 2017.

COVER, Maciel. **Breves apontamentos sobre a trajetória da LEdoC/Artes e Música – UFT/Tocantinópolis**. Trabalho apresentado no VIII Fórum Internacional de Pedagogia, no Grupo de Trabalho: Educação do Campo e Militância, realizado em Imperatriz/MA em 11 de novembro de 2016.

DELGADO, Lucília de Almeida. **História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. VI Encontro Nacional de História Oral (ABHO) – Conferência de Abertura** ** Professora Titular de Metodologia da História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Ex-presidente da Associação Brasileira de História Oral. MG – 2003. Disponível em:
https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819734/mod_resource/content/1/DELGADO.%20Lucilia%20%E2%80%93%20Hist%C3%B3ria%20oral%20e%20narrativa.pdf. Acesso em 08 de maio de 2022.

GUARIZA, Nádya Maria. **A história oral e o ensino de história: A discussão atual em revistas acadêmicas brasileiras**. Artigo apresentado para conclusão do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

LOWENTHAL, David. **Como Conhecemos o Passado**. Projeto História (17). São Paulo: EDUC, 1981.

LE GOFF, Jacques. 1924 – **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão, et al. – 7ª ed. Revista – Campinas SP: Editora da Unicamp, 2013.

MATTOZZI, Ivo. **Memoria y formacion historica: la memoria em la clase de historia. Memória histórica y educacion. Didactica de las Ciências Sociales, Geografia e História**. Grao, 2007.

MEC/SEF. **Documento Introdutório dos Parâmetros Curriculares Nacionais**, Brasília, versão agosto/1996.

MESSIAS, Noeci Carvalho. Porto Nacional: **patrimônio cultural e memória**. Goiânia: PUC Goiás, 2002. 196p.

MOLINA, Mônica Castagna. **Contribuições das Licenciaturas em Educação do Campo para as Políticas de Formação de Educadores**. Educ. Soc., Campinas, v. 38, n.º. 140, p.587-609, jul.-set., 2017

NEVES, Margarida de Souza. **História e Memória: os jogos da memória**. In: MATTOS, Ilmar Rohloff (org.). **Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador**. Rio de Janeiro: Access, 1998.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, R. A. S., MIRANDA, C. F., & ARAÚJO, G. C. Artes e Educação do Campo: reflexões sobre a LEDOC da UFT/UFNT. **Revista Brasileira de Educação do Campo. Tocantinópolis -TO** – Brasil – 2021.

PEREIRA, Aparecida de Jesus Soares. SILVA, Waldir Pereira da. **A importância da Residência Pedagógica na Formação Docente dos Licenciandos do Curso de Educação do Campo de Arraias -TO. Dificuldades, Avanços e Perspectivas**. Laboratório de Educação Musical, Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Universidade Federal do Tocantins-UFT, Arraias -TO, Brasil, 2020.

PONTES, Carlos José de Farias. **O USO DA HISTÓRIA ORAL NO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA EXPERIÊNCIA NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO (CAP) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE (UFAC)**. RS, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1462028167_ARQUIVO_OU_SODAHISTORIAORALNOENSINODEHISTORIA.pdf. Acesso em: 09 de maio de 2022.

PORTELLI, Alessandro. **O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luta e senso comum**. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCATINS . **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo**. UFT – Universidade Federal do Tocantins – TO, 2013.

ROCHA Eliene Novaes. PASSOS, Joana Célia dos. CARVALHO, Raquel Alves de. **Educação do Campo: Um olhar panorâmico**. Texto Base, Proposições da II Conferência Nacional de Educação do Campo, 2004.

ROCHA, Eliene Novaes. **Educação do Campo: Um olhar panorâmico**. Texto Base, apresentado a Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia. [s.d].

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SANTOS, Jocyléia Santana dos. FRANCO, Samara Caldas. **As multisséries no Campo de Arraias-TO: memórias**. *Revista Brasileira de Educação do Campo* - UFT – Universidade federal do Tocantins – 2018

SILVA, Maria do Socorro. **Educação do Campo e Desenvolvimento: uma relação construída ao longo da história**, 2004. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/17/f1098linha-do-tempo-da-educao-des-envolvida-no-espao-rural-no-brasil.pdf>. Acesso em 26 de junho de 2022.

SILVA, M. S. **Diretrizes Operacionais para Escolas do Campo: rompendo o silêncio das políticas educacionais**. In: BAPTISTA, F. M. C.; BAPTISTA, N. Q. (Org.). *Educação Rural: sustentabilidade do campo*. 2. ed. Feira de Santana: UEFS, 2005.

SOUZA, Maria Antônia de. FONTANA, Maria Iolanda. MARCOCCIA, Patrícia Correia de Paula. **Escolas Públicas localizadas no Campo no Estado do Paraná: Diretrizes Curriculares e Práticas Escolares**. *Olhar de professor*, 15(1): 91-108, Ponta Grossa – Paraná, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/4227-Texto%20do%20artigo-12870-1-10-20120921.pdf>. Acesso em: 09 de maio de 2022

XAVIER, Flávio Alexandre Martins. **instituições sociais que desenvolvem processos educativos formais e/ou não formais**. Histórico de Arraias – TO. 2014